

Carta do Novo Urbanismo

O Congresso para o Novo Urbanismo vê o desinvestimento nos centros urbanos, a proliferação de expansões urbanas sem sentido, o aumento da segregação por raça ou nível de rendimento, a degradação ambiental, a perda de solos agrícolas e espaços naturais e a erosão do património edificado como um único desafio para o futuro das comunidades.

Apoiamos a restauração das cidades e dos centros urbanos existentes no seio de regiões metropolitanas coerentes, a reconfiguração dos subúrbios em comunidades de verdadeiras vizinhanças e bairros distintos, a conservação do ambiente natural e a preservação da nossa herança cultural.

Advogamos a reestruturação das políticas públicas e o desenvolvimento de práticas que prossigam os seguintes princípios: os bairros devem ser diversificados nos usos e na população; as comunidades devem ser concebidas tanto para o trânsito de peões como de automóveis; as cidades e vilas devem ser configuradas por espaços públicos fisicamente definidos e, como os edifícios públicos, universalmente acessíveis; a concepção da arquitectura e da paisagem que enforma os lugares urbanos deve consagrar a história, o clima, a ecologia e as práticas construtivas locais.

Reconhecemos que as soluções físicas por si só não resolverão os problemas económicos e sociais. Afirmamos, contudo, que nem a vitalidade da economia, nem a estabilidade da comunidade nem a saúde ambiental podem ser mantidas sem o apoio de uma estrutura física equilibrada.

Representamos uma cidadania de base ampla, composta de líderes dos sectores público e privado, de activistas das comunidades e de profissionais de várias disciplinas. Estamos empenhados em restabelecer a relação entre a arte de construir e a construção da comunidade, através de planos e projectos participados pelos cidadãos.

Dedicamo-nos a recuperar as nossas casas, quarteirões, ruas, parques, vizinhanças, bairros, vilas, cidades e regiões e o nosso meio ambiente.

Continua no verso...

Declaramos os seguintes princípios para orientar políticas públicas, práticas de desenvolvimento, planejamento e desenho urbano:

A região: metrópole, cidade e vila

- 1) Regiões metropolitanas são lugares finitos, com limites geográficos definidos pela topografia, por cursos de água, bacias hidrográficas, linhas costeiras, terras agrícolas e parques regionais. A metrópole é feita de múltiplos centros, que são as cidades, vilas e aldeias, cada uma delas com os seus próprios limites e centros identificáveis.
- 2) A região metropolitana é uma unidade económica fundamental do mundo contemporâneo. As estratégias governamentais e económicas, as políticas públicas e o planeamento físico devem reflectir esta nova realidade.
- 3) A metrópole tem uma relação necessária e sensível com a sua área rural e com a sua paisagem natural. Esta relação é ambiental, económica e cultural. As terras agrícolas e os espaços naturais são tão importantes para a metrópole como importantes para a casa são a horta, o pomar e o jardim.
- 4) Os padrões de desenvolvimento não devem tornar imprecisos ou erradicar os limites da metrópole. O desenvolvimento localizado em áreas urbanas existentes conserva os recursos ambientais, o investimento económico e o tecido social, ao mesmo tempo que recupera áreas marginais e abandonadas. As regiões metropolitanas devem desenvolver estratégias que encorajem este tipo de desenvolvimento em vez da expansão periférica.
- 5) Onde sejam apropriados, novos desenvolvimentos contíguos aos limites urbanos devem ser organizados como vizinhanças e bairros e devem ser integrados com a malha urbana existente. Desenvolvimentos não contíguos devem ser organizados como vilas e aldeias com os seus próprios limites urbanos, planeados para um equilíbrio entre habitação e trabalho e não como dormitórios.
- 6) O desenvolvimento e o redesenvolvimento de vilas e cidades deve respeitar a matriz histórica, as precedências e os limites urbanos.
- 7) As cidades e as vilas devem aproximar um amplo conjunto de usos públicos e privados, para favorecerem uma economia regional que beneficie pessoas de todos os níveis de rendimento. Habitação a preços acessíveis deve ser distribuída pela região, para corresponder a diferentes oportunidades de emprego e para evitar concentrações de pobreza.
- 8) A organização física da região deve estar apoiada numa rede integrada de alternativas de transporte. Sistemas de transporte público, de circulação pedonal e cicloviária devem maximizar a acessibilidade e a mobilidade na região, reduzindo a dependência do automóvel.
- 9) Impostos e demais recursos podem ser partilhados de forma mais cooperativa entre os municípios e outros centros administrativos de cada região, evitando-se assim uma concorrência fiscal destrutiva e promovendo-se uma coordenação racional dos transportes, dos serviços públicos, das empresas, da habitação e do recreio.

A vizinhança, o bairro e o corredor

10) A vizinhança, o bairro e o corredor são os elementos essenciais do desenvolvimento e do redesenvolvimento na metrópole. Estes elementos formam áreas identificáveis, que encorajam os cidadãos a tomarem responsabilidade pela sua manutenção e evolução.

11) As vizinhanças devem ser compactas, amigas dos peões e incluir diferentes tipos de uso, como habitação, comércio e escritórios. Os bairros, que geralmente enfatizam um uso principal, devem seguir os princípios da concepção das vizinhanças sempre que possível. Os corredores são ligações de vizinhanças e bairros a uma escala regional; podem ser desde avenidas e linhas férreas a rios e vias panorâmicas.

12) Muitas actividades do quotidiano devem ocorrer entre distâncias percorriáveis a pé, dando independência aos que não conduzem, especialmente aos idosos e aos jovens. Redes interligadas de ruas devem ser desenhadas para encorajar as deslocações a pé, reduzindo o número e as distâncias das deslocações de automóvel e poupando energia.

13) Nas vizinhanças, uma larga variedade de tipos de habitação e níveis de preço pode levar a que pessoas de diferentes idades, raças e rendimentos tenham interacções diárias, fortalecendo os laços pessoais e cívicos, essenciais a uma autêntica comunidade.

14) Os corredores de transporte público, quando bem planeados e coordenados, podem ajudar a organizar a estrutura metropolitana e a revitalizar os centros urbanos. Por outro lado, vias rápidas e auto-estradas não deverão afastar o investimento dos centros existentes.

15) Densidades construtivas e usos do solo apropriados devem estar a distâncias de paragens de transportes públicos suficientemente reduzidas para que sejam acessíveis aos peões, permitindo que o transporte público se torne uma alternativa viável ao automóvel.

16) Concentrações de actividade cívica, institucional e comercial devem estar inseridas nas vizinhanças e nos bairros e não isoladas em complexos monofuncionais remotos. As escolas devem ser dimensionadas e localizadas de forma a permitir o acesso às crianças, a pé ou de bicicleta.

17) A saúde económica e a evolução harmoniosa de vizinhanças, bairros e corredores podem ser melhoradas através de códigos gráficos de planeamento urbano que sirvam de guia aos projectos e tornem previsíveis as mudanças.

18) Uma variedade de parques, desde parques infantis e espaços verdes a campos desportivos e hortas comunitárias, deve ser distribuída pelas vizinhanças. Áreas protegidas e terrenos sem ocupação devem ser usados para definir e ligar diferentes vizinhanças e bairros.

O quarteirão, a rua e o edifício

19) Uma tarefa primária de todo o projecto urbano de arquitectura e paisagismo é a definição física das ruas e dos espaços públicos como lugares de uso partilhado.

20) Os projectos arquitectónicos individuais devem estar bem integrados com o seu redor. Esta questão transcende o estilo.

21) A revitalização dos lugares urbanos depende da segurança. O desenho dos arruamentos e dos edifícios deve reforçar a segurança dos ambientes, mas não à custa da sua acessibilidade e da sua receptividade.

22) Na metrópole contemporânea, o desenvolvimento tem de acomodar adequadamente os automóveis, de modo a respeitar os peões e a forma do espaço público.

23) As ruas e as praças devem ser seguras, confortáveis e interessantes para os peões. Bem configuradas, elas encorajam as deslocações a pé e permitem aos vizinhos conhecer-se uns aos outros e proteger as suas comunidades.

24) Os projectos de arquitectura e paisagismo devem partir do clima, da topografia, da história e das práticas construtivas locais.

25) Os edifícios com funções cívicas e os lugares de encontro público devem ser localizados em sítios importantes, para reforçarem a identidade das comunidades e a cultura da democracia. Merecem formas distintivas, porque o seu papel é diferente do papel que têm os outros edifícios e lugares que constituem os tecidos urbanos.

26) Todos os edifícios devem proporcionar aos seus habitantes um claro sentido de lugar, clima e tempo. Métodos naturais de aquecimento e arrefecimento podem ser mais eficientes no consumo de recursos que sistemas mecânicos.

27) A conservação e a renovação de edifícios, bairros e paisagens com valor histórico afirmam a continuidade e a evolução da sociedade urbana.